

# Termo de Referência 5/2023

## Informações Básicas

| Número do artefato | UASG   | Editado por           | Atualizado em            |
|--------------------|--|-----------------------|--------------------------|
| 5/2023             | 158370-INST.FED.DO R.G.DO NORTE/CAMPUS CAIC6 | ELANIA HORTINS DANTAS | 30/11/2023 17:55 (v 4.2) |

### Status

CONCLUIDO

## Outras informações

| Categoria  | Número da Contratação | Processo Administrativo |
|--|-----------------------|-------------------------|
| II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo | 90063/2023            | 23139.001785.2023-72    |

## 1. Definição do objeto

### 1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

- 1.1 Aquisição de **água mineral para os campi do IFRN**, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

| Grupo                | Item | Catmat | Descrição  | Unidade                              | Quant. | Valor unitário | Valor total   |
|----------------------|------|--------|--|--------------------------------------|--------|----------------|---------------|
| Campus Currais Novos | 1    | 445485 | Água mineral natural, sem gás, acondicionada em embalagem retornável   | Garrafão com capacidade de 20 litros | 3.000  | R\$ 12,37      | R\$ 37.110,00 |
| 1<br>Campus Caicó    | 2    | 445485 | Água mineral natural, sem gás, acondicionada em embalagem retornável   | Garrafão com capacidade de 20 litros | 3.088  | R\$ 12,37      | R\$ 38.198,56 |
|                      | 3    | 402921 | Garrafão plástico para água mineral com capacidade de 20 litros. Garrafão plástico transparente; fabricado em polipropileno puro (pp); acondicionamento exclusivo de água mineral; com capacidade de 20 litros. Em conformidade com os regulamentos da ANVISA e as normas técnicas da ABNT, de acordo com a portaria DNPM nº 387/2008, alterada pelas portarias DNPM nº 358/2009 e nº 128/201; | Unidade                              | 25     | R\$ 24,80      | R\$ 620,00    |

|   |           |        |  |   |       |           |               |
|---|-----------|--------|--|---|-------|-----------|---------------|
| <b>2</b><br><b>Campus</b><br><b>Jucurutu</b>    | <b>4</b>  | 445485 | <b>Água mineral natural, sem gás,</b> acondicionada em embalagem retornável  | Garrafão com capacidade de <b>20</b> litros | 1.272 | R\$ 12,37 | R\$ 15.734,64 |
|   | <b>5</b>  | 402921 | Garrafão plástico para água mineral com capacidade de 20 litros. Garrafão plástico transparente; fabricado em polipropileno puro (pp); acondicionamento exclusivo de água mineral; com capacidade de 20 litros. Em conformidade com os regulamentos da ANVISA e as normas técnicas da ABNT, de acordo com portaria DNPM nº 387/2008, alterada pelas portarias DNPM nº 358/2009 e nº 128/201;   | Unidade                                     | 60    | R\$ 24,80 | R\$ 1.488,00  |
| <b>3</b><br><b>Campus</b><br><b>Santa Cruz</b>  | <b>6</b>  | 445485 | <b>Água mineral natural, sem gás,</b> acondicionada em embalagem retornável  | Garrafão com capacidade de <b>20</b> litros | 2.160 | R\$ 12,37 | R\$ 26.719,20 |
|   | <b>7</b>  | 402921 | Garrafão plástico para água mineral com capacidade de 20 litros. Garrafão plástico transparente; fabricado em polipropileno puro (pp); acondicionamento exclusivo de água mineral; com capacidade de 20 litros. Em conformidade com os regulamentos da ANVISA e as normas técnicas da ABNT, de acordo com portaria DNPM nº 387/2008, alterada pelas portarias DNPM nº 358/2009 e nº 128/201;   | Unidade                                     | 30    | R\$ 24,80 | R\$ 744,00    |
| <b>4</b><br><b>Campus</b><br><b>Ipanguaçu</b>   | <b>8</b>  | 445485 | <b>Água mineral natural, sem gás,</b> acondicionada em embalagem retornável  | Garrafão com capacidade de <b>20</b> litros | 1.700 | R\$ 12,37 | R\$ 21.029,00 |
|   | <b>9</b>  | 402921 | Garrafão plástico para água mineral com capacidade de 20 litros. Garrafão plástico transparente; fabricado em polipropileno puro (pp); acondicionamento exclusivo de água mineral; com capacidade de 20 litros. Em conformidade com os regulamentos da ANVISA e as normas técnicas da ABNT, de acordo com portaria DNPM nº 387/2008, alterada pelas portarias DNPM nº 358/2009 e nº 128/201;   | Unidade                                     | 50    | R\$ 24,80 | R\$ 1.240,00  |
| <b>5</b><br><b>Campus</b><br><b>João Câmara</b> | <b>10</b> | 445485 | <b>Água mineral natural, sem gás,</b> acondicionada em embalagem retornável  | Garrafão com capacidade de <b>20</b> litros | 2.500 | R\$ 12,37 | R\$ 30.925,00 |
|   | <b>11</b> | 402921 | Garrafão plástico para água mineral com capacidade de 20 litros. Garrafão plástico transparente; fabricado em polipropileno puro (pp); acondicionamento exclusivo de água mineral; com capacidade de 20 litros. Em conformidade com os regulamentos da ANVISA e as normas técnicas da ABNT, de acordo com a portaria DNPM nº 387/2008, alterada pelas portarias DNPM nº 358/2009 e nº 128/201; | Unidade                                     | 80    | R\$ 24,80 | R\$ 1.984,00  |

|                          |    |        |  |   |       |           |               |
|--------------------------|----|--------|--|---|-------|-----------|---------------|
| 6<br>Campus<br>Macau     | 12 | 445485 | <b>Água mineral natural, sem gás,</b> acondicionada em embalagem retornável  | Garrafão com capacidade de <b>20</b> litros | 5.000 | R\$ 12,37 | R\$ 61.850,00 |
|                          | 13 | 402921 | Garrafão plástico para água mineral com capacidade de 20 litros. Garrafão plástico transparente; fabricado em polipropileno puro (pp); acondicionamento exclusivo de água mineral; com capacidade de 20 litros. Em conformidade com os regulamentos da ANVISA e as normas técnicas da ABNT, de acordo com portaria DNPM nº 387/2008, alterada pelas portarias DNPM nº 358/2009 e nº 128/201; | Unidade                                     | 150   | R\$ 24,80 | R\$ 3.720,00  |
| 7<br>Campus<br>Mossoró   | 14 | 445485 | <b>Água mineral natural, sem gás,</b> acondicionada em embalagem retornável  | Garrafão com capacidade de <b>20</b> litros | 5.000 | R\$ 12,37 | R\$ 61.850,00 |
|                          | 15 | 402921 | Garrafão plástico para água mineral com capacidade de 20 litros. Garrafão plástico transparente; fabricado em polipropileno puro (pp); acondicionamento exclusivo de água mineral; com capacidade de 20 litros. Em conformidade com os regulamentos da ANVISA e as normas técnicas da ABNT, de acordo com portaria DNPM nº 387/2008, alterada pelas portarias DNPM nº 358/2009 e nº 128/201; | Unidade                                     | 100   | R\$ 24,80 | R\$ 2.480,00  |
| 8<br>Campus<br>Lajes     | 16 | 445485 | <b>Água mineral natural, sem gás,</b> acondicionada em embalagem retornável.   | Garrafão com capacidade de <b>20</b> litros | 2.000 | R\$ 12,37 | R\$ 24.740,00 |
|                          | 17 | 402921 | Garrafão plástico para água mineral com capacidade de 20 litros. Garrafão plástico transparente; fabricado em polipropileno puro (pp); acondicionamento exclusivo de água mineral; com capacidade de 20 litros. Em conformidade com os regulamentos da ANVISA e as normas técnicas da ABNT, de acordo com portaria DNPM nº 387/2008, alterada pelas portarias DNPM nº 358/2009 e nº 128/201; | Unidade                                     | 50    | R\$ 24,80 | R\$ 1.240,00  |
| 9<br>Campus<br>Nova Cruz | 18 | 445485 | <b>Água mineral natural, sem gás,</b> acondicionada em embalagem retornável.   | Garrafão com capacidade de <b>20</b> litros | 3.000 | R\$ 12,37 | R\$ 37.110,00 |
|                          | 19 | 402921 | Garrafão plástico para água mineral com capacidade de 20 litros. Garrafão plástico transparente; fabricado em polipropileno puro (pp); acondicionamento exclusivo de água mineral; com capacidade de 20 litros. Em conformidade com os regulamentos da ANVISA e as normas técnicas da ABNT, de acordo com portaria DNPM nº 387/2008, alterada pelas portarias DNPM nº 358/2009 e nº 128/201; | Unidade                                     | 200   | R\$ 24,80 | R\$ 4.960,00  |

|  |    |        |  |                                      |       |           |               |
|--|----|--------|--|--------------------------------------|-------|-----------|---------------|
| 10<br>Campus<br>Pau dos<br>Ferreiros       | 20 | 445485 | Água mineral natural, sem gás, acondicionada em embalagem retornável.  | Garrafão com capacidade de 20 litros | 1.500 | R\$ 12,37 | R\$ 18.555,00 |
|  | 21 | 402921 | Garrafão plástico para água mineral com capacidade de 20 litros. Garrafão plástico transparente; fabricado em polipropileno puro (pp); acondicionamento exclusivo de água mineral; com capacidade de 20 litros. Em conformidade com os regulamentos da ANVISA e as normas técnicas da ABNT, de acordo com a portaria DNPM nº 387/2008, alterada pelas portarias DNPM nº 358/2009 e nº 128/201; | Unidade                              | 100   | R\$ 24,80 | R\$ 2.480,00  |
| 11<br>Campus<br>São<br>Paulo do<br>Potengi | 22 | 445485 | Água mineral natural, sem gás, acondicionada em embalagem retornável.  | Garrafão com capacidade de 20 litros | 1.200 | R\$ 12,37 | R\$ 14.844,00 |
|  | 23 | 402921 | Garrafão plástico para água mineral com capacidade de 20 litros. Garrafão plástico transparente; fabricado em polipropileno puro (pp); acondicionamento exclusivo de água mineral; com capacidade de 20 litros. Em conformidade com os regulamentos da ANVISA e as normas técnicas da ABNT, de acordo com a portaria DNPM nº 387/2008, alterada pelas portarias DNPM nº 358/2009 e nº 128/201; | Unidade                              | 60    | R\$ 24,80 | R\$ 1.488,00  |

**VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R\$ 411.109,40**

- 1.2 Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.
- 1.3 O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.
- 1.4 O prazo de vigência da contratação é de 01 ano contados da homologação, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 1.5 O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.
- 1.6 Será permitida a adesão à Ata de Registro de Preços por todos os órgãos da Administração Pública que desejarem fazer uso da mesma, desde que autorizada pelo Órgão Gerenciador e aceita pelo fornecedor.
- 1.6.1 A Adesão à Ata de Registro de Preços é permitida no intuito de agilizar aquisições; economizar recursos e possibilitar o controle de estoque.
- 1.7 Por entender que a natureza do consumo dos bens objeto deste processo se enquadra nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto nº 11.462/2023, é que se sugere a adoção do Sistema de Registro de Preços para a presente solicitação.
- 1.7.1 O sistema de registro de preços ainda se justifica em consonância com o inciso III, do art. 3º do Decreto nº 11.462, "III /2023 - quando for conveniente para atendimento a mais de um órgão ou a mais de uma entidade, inclusive nas compras centralizadas;"
- 1.7.2 A considerar que o IFRN é composto por 21 Institutos federais espalhados por todo estado do Rio Grande do Norte. Por serem unidades, administrativamente independentes, mas com estruturas semelhantes é natural que alguns materiais/equipamentos sejam comuns a todas essas unidades. Assim, como forma de economicidade processual e financeira, a opção por

contratações com SRP para atendimento das demandas de todas essas unidades, visto que, em sendo uma licitação por SRP o lançamento da IRP proporcionará a possibilidade da participação de todos esses campi no processo. Evitando assim a frequente licitações repetidas para atendimento das diversas unidades do IFRN. Portanto o SRP se mostra a melhor opção para contratação pretendida.

- 1.8 A presente aquisição deverá ser objeto de divulgação de intenção de registro de preços, conforme Decreto nº 11.462. A Administração optou por essa opção visando atender aos princípios da eficiência e economicidade, buscando identificar necessidades compatíveis com demais órgão ou entidade interessados que possam ser atendidas mediante único procedimento, além de possível economia de escala decorrente da definição de um quantitativo estimado maior.
- 1.9 Em caso de divergência na descrição dos serviços do termo de referência e aquela definida pelo CATMAT, deve-se prevalecer a descrição detalhada deste termo de referência.
- 1.10 O anexo I do termo de referência descreve todos os órgãos participantes e seus quantitativos mínimos e máximos.
- 1.11 A licitação foi separada em grupo em virtude do grande distanciamento dos campi, que estão situados nas mais diversas regiões do estado, o que na divisão por item poderia ocasionar possibilidade de fracasso para licitação haja vista a dificuldade de entrega em regiões tão distantes.
- 1.12 As águas deverão vir rotuladas, seguindo os parâmetros dos requisitos específicos de qualidade da água, em especial, aqueles constantes do Código de Águas Minerais, Decreto-Lei n. 7841/45, especialmente arts. 29.

## **2. Fundamentação da contratação**

### **2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

- 2.1 A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.
- 2.2 O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2023, conforme detalhamento a seguir:
- I) ID PCA no PNCP: 10877412000168-0-000014/2023
  - II) Data de publicação no PNCP: 19/05/2023
  - III) Id do item no PCA: 246
  - IV) Classe/Grupo: 8960
  - V) Identificador da Futura Contratação: 158370-63/2023

## **3. Descrição da solução**

### **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO**

- 3.1 A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

## **4. Requisitos da contratação**

### **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

**Sustentabilidade:**

4.1 Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1 A contratada observará a Resolução RDC ANVISA 216, de 2004, a Resolução RDC ANVISA 182, de 2017, alterada pela RDC 331/2019 e Resolução RDC 173/2006 – bem como legislação e/ou normas de órgãos de vigilância sanitária estaduais, distrital e municipais e demais instrumentos normativos aplicáveis.

4.1.2 A CONTRATADA deverá pautar-se sempre no uso racional de recursos e equipamentos, evitando o desperdício de insumos e materiais consumidos, bem como, a geração excessiva de resíduos, a fim de atender às diretrizes de responsabilidade ambiental.

4.1.3 São proibidas, à CONTRATADA, as seguintes formas de destinação ou disposição final de resíduos sólidos ou rejeitos:

- a) lançamento em praias, no mar ou em quaisquer corpos hídricos;
- b) lançamento in natura a céu aberto, excetuados os resíduos de mineração;
- c) queima a céu aberto ou em recipientes, instalações e equipamentos não licenciados para essa finalidade;
- d) outras formas vedadas pelo poder público

**Indicação de marcas ou modelos (Art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021):**

4.2 Na presente contratação NÃO será admitida a indicação da(s) seguinte(s) marca(s), característica(s) ou modelo(s), de acordo com as justificativas contidas nos Estudos Técnicos Preliminares.

**Subcontratação**

4.3 Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

**Garantia da contratação**

4.4 Não haverá exigência da garantia da contratação dos [artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#), pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

4.4.1 Por ser uma compra de materiais de consumo e comuns, conforme item deste Termo de Referência, não haverá a necessidade de garantia uma vez que o objeto será cumprido no momento da entrega do material. E os pagamentos realizados de acordo com a demanda de entrega.

## **5 Modelo de execução do objeto**

**5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO****Condições de Entrega**

5.1. O prazo de entrega dos bens é de **05 (cinco) dias**, para o caso da água mineral, e 30 dias para o caso dos garrafões, contados da emissão de Requisição formalizada pelo Contratante.

5.2. As parcelas serão entregues de acordo com a necessidade de cada órgão participante do certame, a ser combinado com a contratante.

5.3. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 05 dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.4. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço:

IFRN Campus Currais Novos: Rua Manoel Lopes Filho, 773, bairro Walfredo Galvão, Currais Novos/RN, CEP 59.380- 000; IFRN Campus Santa Cruz: Rua São Braz, 304, Bairro Paraíso | Santa Cruz-RN | CEP: 59.200- 000;

IFRN Campus Caicó: RN 288, Bairro Nova Caicó, Caicó/RN, CEP: 59.300-000;

IFRN Campus Avançado Jucurutu: Rodovia RN - 118, Km 153, s/n; Sítio Caeira, Zona de Expansão, Jucurutu – RN; CEP: 59330000;

IFRN, campus Ipanguaçu, situado na RN 118, Povoado Base Física, s/nº, Zona Rural, Ipanguaçu/RN – CEP: 59508-000; IFRN campus João Câmara, BR 406, Km 73, nº3500, perímetro rural, João Câmara-RN, CEP 59.550-000;

IFRN campus Macau, Rua das Margaridas, 300, Conjunto COHAB Macau/RN - CEP: 59.500- 000;

IFRN - Campus Mossoró - Endereço: Rua Raimundo Firmino de Oliveira, 400 - Conj. Ulrick Graff, Mossoró-RN, CEP: 59.628-330;

IFRN Campus Avançado Lajes, Rodovia BR 304, km 120, Centro, Lajes, RN, CEP 59535-000;

IFRN Campus Nova Cruz, Av. José Rodrigues de Aquino Filho, 640 - Alto de Santa Luzia, Nova Cruz - RN, 59215-000;

IFRN Campus Pau dos Ferros, BR 405, KM 154, S/N, Bairro Chico Cajá, Pau dos Ferros - RN, 59900-000;

IFRN Campus São Paulo do Potengi, RN 120, Km 2, Bairro Novo Juremal, São Paulo do Potengi/RN, CEP: 59460-000;

5.5. No caso de produtos perecíveis, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a **60 (sessenta) dias** do prazo total recomendado pelo fabricante.

#### **Garantia, manutenção e assistência técnica**

5.6 O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor)

## **6. Modelo de gestão do contrato**

### **6.MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

- 6.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 6.3 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.4 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 6.5 Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

**Fiscalização**

6.6 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

**Fiscalização Técnica**

6.7 O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.7.1 O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ( Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

6.7.2 Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

6.7.3 O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. ( Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

6.7.4 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).

6.7.5 O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII). Fiscalização Administrativa

6.8 O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.8.1 Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

6.9 Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

**Gestor do Contrato**

6.10 O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.11 O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.12 O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.13 O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico,



administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.14 O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.15 O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.16 O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

6.17 A administração poderá emitir notas de empenho até a validade da ata de registro de preços;

6.17.1 O contratado fica obrigada de manter, durante toda a execução do objeto, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta;

6.17.2 Os contratos celebrados pela Administração Pública com pessoas físicas ou jurídicas, inclusive as domiciliadas no exterior, deverão conter cláusula que declare competente o foro da sede da Administração para dirimir qualquer questão contratual, ressalvadas as seguintes hipóteses:

**I** - licitação internacional para a aquisição de bens e serviços cujo pagamento seja feito com o produto de financiamento concedido por organismo financeiro internacional de que o Brasil faça parte ou por agência estrangeira de cooperação;

**II** - contratação com empresa estrangeira para a compra de equipamentos fabricados e entregues no exterior precedida de autorização do Chefe do Poder Executivo;

**III** - aquisição de bens e serviços realizada por unidades administrativas com sede no exterior.

#### 6.18 **DA FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO**

6.18.1 O adjudicatário terá um prazo estabelecido pela Administração, contados a partir da data de sua convocação, para aceitar o instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.

6.18.2 O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

6.18.3 O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

**a)** referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133/2021;

**b)** a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital/termo de referência e seus anexos;

**c)** a contratada reconhece que as hipóteses de extinção contratual são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133/2021 e reconhece os direitos da Administração previstos no artigo 139 da mesma Lei."

## 7 Critérios de medição e pagamento

### 7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

#### Recebimento

- 7.1 Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.
- 7.2 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 7.3 O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10(dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.
- 7.4 Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até **10(dez) dias úteis**.
- 7.5 O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
- 7.6 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 7.7 O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.
- 7.8 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

#### Liquidação

- 7.9 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do [art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022](#).
- 7.9.1 O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 7.10 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- 7.10.1 o prazo de validade;
- 7.10.2 a data da emissão;
- 7.10.3 os dados do contrato e do órgão contratante;

7.10.4 o período respectivo de execução do contrato;

7.10.5 o valor a pagar; e

7.10.6 eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.11 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.12 A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.13 A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.14 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.15 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.16 Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.17 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

#### **Prazo de pagamento**

7.18 O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022](#).

7.19 No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

#### **Forma de pagamento**

7.20 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.21 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.22 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.22.1 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.23 O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

### Cessão de crédito

7.24 É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na [Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020](#), conforme as regras deste presente tópico.

7.24.1 As cessões de crédito não fiduciárias dependerão de prévia aprovação do contratante.

7.25 A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.26 Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o [art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#), tudo nos termos do [Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020](#).

7.27 O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração. (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 8 DE JULHO DE 2020 e Anexos)

7.28 A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

## 8 Critérios de seleção do fornecedor

### 8.FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

#### Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de **julgamento pelo MENOR PREÇO**.

#### Forma de fornecimento

8.2 O fornecimento do objeto será **parcelado**.

#### Exigências de habilitação

8.3 Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

##### Habilitação jurídica

8.4 **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.5 **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6 **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

- 8.7 **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 8.8 **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme [Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).
- 8.9 **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 8.10 **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz
- 8.11 **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).
- 8.12 **Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do [art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021](#).
- 8.13 **Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da [Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009](#) (arts. 17 a 19 e 165).
- 8.14 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

- 8.15 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 8.16 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 8.17 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 8.18 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 8.19 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 8.20 Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 8.21 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva

do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

- 8.22 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

### **Qualificação Econômico-Financeira**

- 8.23 Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação ([art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021](#)), ou de sociedade simples;
- 8.24 Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - [Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II](#));
- 8.25 Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;
- 8.25.1 Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);
  - 8.25.2 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.
  - 8.25.3 Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;
  - 8.25.4 Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.
- 8.26 Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de até 10% do valor total estimado da contratação OU valor total estimado da parcela pertinente.
- 8.27 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).
- 8.28 O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

### **Qualificação Técnica**

- 8.29 Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.
- 8.29.1 Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:
    - 8.29.1.1 fornecimento de bens em características compatíveis com o objeto desta licitação, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, na quantidade de pelo menos 10% do quantitativo total.
  - 8.29.2 Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.
  - 8.29.3 Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.
  - 8.29.4 O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.



8.30 Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

- 8.30.1 A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos [arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I](#) e [42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971](#);
- 8.30.2 A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;
- 8.30.3 A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;
- 8.30.4 O registro previsto na [Lei n. 5.764, de 1971, art. 107](#);
- 8.30.5 A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e
- 8.30.6 Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;
- 8.30.7 A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o [art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971](#), ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

## 9 Estimativas do Valor da Contratação

**Valor:** R\$ 411.109,40

### 9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

- 9.1 O custo estimado total da contratação é de **R\$ 411.109,40 (quatrocentos e onze mil, cento e nove reais e quarenta centavos)**, conforme custos unitários apostos na tabela acima.
- 9.2 A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre contratante e contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato
- 9.3 Em caso de licitação para Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações (art. 25 do Decreto nº 11.462/2023):
  - 9.3.1 em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
  - 9.3.2 em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
  - 9.3.3 serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação;
    - 9.3.3.1 O reajuste do objeto deverá seguir o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA/IBGE. Será adotado este índice por não haver índice específico para o objeto da contratação.

## 10 Adequação orçamentária

### 10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 10.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.
- 10.2 A contratação será atendida pela seguinte dotação:
- I) Gestão/Unidade: 26435/158366
  - II) Fonte de Recursos: 100000000;
  - III) Programa de Trabalho: 171168;
  - IV) Elemento de Despesa: 339030;
  - V) Plano Interno: L20RLP60MCN;
- 10.3 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.
- 10.4 MODELO DO TERMO DE REFERÊNCIA - Modelos da Lei nº 14.133/21 para pregão e concorrência
- 10.4.1 Link: <https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/modelos/licitacoescontratos/14133/modelos-da-lei-no-14-133-21-para-pregao-e-concorrencia>

## 11 Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**ELANIA HORTINS DANTAS**

Membro da comissão de contratação



*Assinou eletronicamente em 22/10/2023 às 16:47:47.*

Despacho: Como setor demandante da contratação, informo necessidade e ser viável a presente contratação

**MAX MILLER DA SILVEIRA**

Autoridade competente

Despacho: Como Ordenador de Despesa, aprovo o presente Estudo Técnico Preliminar, que dará base a contratação pleiteada.



## Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - ANEXO I DO TR.pdf (257.77 KB)

# Anexo I - ANEXO I DO TR.pdf

| ANEXO I DO TERMO DE REFERÊNCIA - QUANTITATIVO INDIVIDUALIZADO POR ÓRGÃO |   |     |                        |             |             |             |             |             |             |             |             |             |             |             |             |             |             |             |             |             |             |             |             |             |             |             |             |             |
|---|---|-----|------------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| ITEM  | DESCRIÇÃO   | UND | LICITAÇÃO ÁGUA MINERAL |             |             |             |             |             |             |             |             |             |             |             |             |             |             |             |             |             |             |             |             |             |             |             |             |             |
|   |   |     | QUANT. MIN.            | QUANT. MÁX. | QUANT. MIN. | QUANT. MÁX. | QUANT. MIN. | QUANT. MÁX. | QUANT. MIN. | QUANT. MÁX. | QUANT. MIN. | QUANT. MÁX. | QUANT. MIN. | QUANT. MÁX. | QUANT. MIN. | QUANT. MÁX. | QUANT. MIN. | QUANT. MÁX. | QUANT. MIN. | QUANT. MÁX. | QUANT. MIN. | QUANT. MÁX. | QUANT. MIN. | QUANT. MÁX. | QUANT. MIN. | QUANT. MÁX. | QUANT. MIN. | QUANT. MÁX. |
|   |   |     | CN                     | CA          | JUC         | SC          | IP          | IC          | MC          | MO          | LAI         | NC          | PF          | SPP         | TOTAL       |             |             |             |             |             |             |             |             |             |             |             |             |             |
| 1   | Água mineral com fornecimento de garrafas 20 (vinte) litros (regime de troca). Oriunda de fonte hipotermal, não gasosa, de primeira qualidade, que apresente laudo de análise do órgão competente. Embalagem retornável, em resina virgem ou outro material, desde que atenda as especificações da agência nacional de vigilância sanitária – ANVISA, desinfetados, lacrados e rotulados na origem, intactos, sem evidências de violação, remendos ou manchas, tampa com lacre de segurança e protetor na parte superior. Os garrafas devem trazer no fundo a data limite de 03 (três) anos de sua vida útil. | UND | 1863                   | 3000        | 1404        | 3088        | 456         | 1272        | 720         | 2160        | 850         | 1700        | 2400        | 2500        | 4000        | 5000        | 3000        | 5000        | 500         | 2000        | 1500        | 3000        | 800         | 1500        | 50          | 1200        | 17543       | 31420       |
| 2   | Garraflão plástico para água mineral com capacidade de 20 litros. Garraflão plástico transparente; fabricado em polipropileno puro (pp); acondicionamento exclusivo de água mineral; com capacidade de 20 litros. Em conformidade com os regulamentos da ANVISA e as normas técnicas da ABNT, de acordo com a portaria DNPM nº 387/2008, alterada pelas portarias DNPM nº 358/2009 e nº 128/2011.   | UND | 0                      | 0           | 10          | 25          | 40          | 60          | 10          | 30          | 30          | 50          | 60          | 80          | 100         | 150         | 50          | 100         | 10          | 50          | 70          | 200         | 50          | 100         | 10          | 60          | 440         | 905         |